

# CAPÍTULO 3

**PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA  
E COMUNIDADE LOCAL: EDUCAÇÃO,  
VALORIZAÇÃO, FRUIÇÃO SOCIAL E  
PERSPECTIVAS FUTURAS – O CASO DO  
MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS, PI**

*DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq03>*

*Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues*

**SUMÁRIO**

## INTRODUÇÃO

No cerne das discussões contemporâneas sobre a preservação do patrimônio cultural, a educação tem desempenhado com tenacidade um papel fulcral, pois a práxis educacional figura como um suporte primordial no processo de formação de sujeitos críticos e ativos, permitindo-lhes o pleno exercício da cidadania, responsabilidade social e tomada de decisões, tornando-os protagonistas de sua própria história (FREIRE, 1979).

No arcabouço da preservação do patrimônio cultural, sujeitos conscientes estarão aptos a construir “um futuro menos predatório” (CASCO, 2005, p. 03), pois o conhecimento crítico e a apropriação das comunidades de seu patrimônio são a garantia de preservação, de usos sustentáveis e de fruição social no presente e para o futuro.

O processo educativo, seja em qualquer área do conhecimento, leva o indivíduo a utilizar suas capacidades intelectuais para a obtenção de habilidades e conceitos que serão utilizados na vivência cotidiana. Um dos objetivos que a educação centrada no patrimônio cultural propõe, segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), é estimular situações de aprendizagem sobre os processos culturais, seus produtos e manifestações que, doravante, despertarão nos sujeitos o interesse em resolver assuntos significativos para sua vida individual e/ou coletiva.

Essa nova proposta se afirma cada vez mais nas políticas preservacionistas do Brasil. O envolvimento simétrico das comunidades se torna, essencialmente, a ação mais importante quando o assunto é preservação, fruição e sustentabilidade cultural, pois, como afirma Funari (2001), a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, inclusive as principais recomendações nacionais e internacionais de proteção do patrimônio assumem essa importância.

Ao partir desse entendimento, desenvolvemos, em 2011, no âmbito da pesquisa de mestrado *Erasmus Mundus*, em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Tomar (Portugal), um estudo na comunidade do município de Coronel José Dias, estado do Piauí, que foi diretamente afetada pela criação do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), cujo objetivo central foi perceber as relações estabelecidas entre a comunidade de Coronel José Dias e o Parque

Nacional Serra da Capivara no que concerne à sua valorização, acessibilidade, preservação e fruição social.

Muitos problemas surgiram com a criação do Parque, sobretudo no município de Coronel José Dias, pois lá viviam muitas famílias instaladas no território que fora delimitado para a criação da Unidade de Conservação. Na lista dos problemas enfrentados, citam-se as desapropriações de um segmento da comunidade, sem uma preparação prévia, restringindo drasticamente os modos de vida relacionados ao manejo da terra e ao usufruto simbólico daquele território ora delimitado como Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Devido à complexidade dos problemas enfrentados, as ações de cunho socioeducativo tornaram-se prioridade, com a implantação de vários projetos envolvendo educação, saúde e desenvolvimento sustentável pelos órgãos gestores do Parque. Sua importância decorreu não apenas de uma necessidade de consolidar a proteção do PNSC, mas de um dever de contribuir para a formação da cidadania, apoiada também em um conhecimento emancipatório e em uma postura crítica.

Houve, no entanto, instabilidades na manutenção dos projetos pedagógicos implementados que provocavam constantes rupturas nos programas educacionais, fator que causou insatisfação na comunidade. A sua descontinuidade cortou um processo educacional, provocando imprecisão nos resultados alcançados e limitando o público que seria diretamente atingido.

Ao partir dessa conjuntura, a problemática da pesquisa se estruturou da seguinte maneira: As ações educativas, centradas no patrimônio arqueológico pré-histórico, desenvolvidas na região, contribuíram para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao patrimônio cultural/arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara? O que deverá ser feito adiante? Quais os elementos que deverão ser agregados para que a população possa se beneficiar plenamente desse patrimônio de forma sustentável, tendo as ações educativas como um instrumento que fomenta esse processo?

Como hipótese de trabalho entendeu-se que os programas educativos, centrados no patrimônio cultural do PNSC, desenvolvidos por diversas instituições, contribuíram para aproximar uma parcela da comunidade do município de Coronel José Dias à lida da preservação, da revalorização e da apropriação desse patrimônio. Contudo, tal intento não foi suficiente para que a comunidade compreendesse que pode usufruir desse patrimônio de forma sustentável.

Faz-se necessário agregar novos elementos, os quais devem ser acrescentados por parcerias, inclusive com o poder público, partindo de iniciativas integradas, desde seu início, com a comunidade.

Dito isso, o presente capítulo propõe apresentar dois momentos dessa reflexão. O primeiro é o resultado obtido na pesquisa de dissertação de mestrado, no contexto de três análises: as relações instituídas entre comunidade e Parque, por meio do histórico de criação deste, alinhavadas às narrativas dos moradores; o estudo bibliográfico e a participação nos programas educativos implantados pela Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural (IPHAN) de São Raimundo Nonato; e a aplicação de questionários por inquiridos com a população, nas faixas etárias de 11 a 70 anos, do município de Coronel José Dias.

O segundo momento corresponde aos passos trilhados após a conclusão do mestrado, com base nos resultados e nas recomendações oriundas da referida dissertação. Nesse sentido, foi criado, em 2013, por meio de um projeto científico em Meio Ambiente Cultural e Arqueologia Colaborativa, o Instituto Olho D'Água (IODA), um projeto nascido no seio da comunidade pela comunidade. A missão do IODA visa conciliar a preservação do meio ambiente cultural, com atividades empreendedoras que promovam a participação simétrica de todos os envolvidos, partindo de iniciativas de dentro da comunidade. Elencaremos aqui, portanto, as propostas e as pesquisas em desenvolvimento, mostrando a experiência por meio da qual cientistas e comunidade colaboram em sinergia para um projeto de sustentabilidade cultural.

## **COMUNIDADE E PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: AS RELAÇÕES INSTITUÍDAS**

Entender as relações estabelecidas entre a população de Coronel José Dias e os processos instituídos com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara se faz necessário para compreendermos o motivo pelo qual delimitamos essa comunidade como objeto de reflexão nos processos de inclusão educacional/patrimonial.

Foi na comunidade de Coronel José Dias, especialmente no povoado Sítio do Mocó (área do entorno do PNSC), que a gestão do Parque implantou o

primeiro programa de preservação patrimonial, o qual, segundo Pessis (1991), visava fomentar os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades. Sobretudo, defendia que as ações educativas centradas no patrimônio ambiental/cultural eram imprescindíveis à efetiva preservação e à apropriação consciente pela comunidade.

Foi, também, parte da referida comunidade que mais sofreu com a implantação do Parque, pois na região da Serra da Capivara viviam muitas famílias instaladas em vários povoados, dentro da área que foi delimitada para a criação do PNSC, entre eles o povoado Zabelê e o Olho D'Água da Ritinha.

O processo de desapropriação se deu de forma traumática, pois as populações tradicionais, indenizadas ou não, tiveram que migrar para as cidades do entorno do Parque – São Raimundo Nonato, Coronel José Dias – e para outras regiões do país, a fim de recomeçar suas vidas como feirantes, empregadas domésticas, zeladores, reconstruindo os seus modos de vida e suas tradições culturais.

Um ex-morador revelou que:

Do ponto de vista da criação do parque, hoje considero que foi positivo, eu conhecia a comunidade Zabelê totalmente isolada, sem condição de desenvolvimento e de oferecer condição para aquela comunidade viver dignamente como ser humano. Foi feita essa mudança dessa comunidade para outra, é evidente que, na época, todo mundo protestou. Hoje, eles estão assentados num determinado local onde todos estão satisfeitos. Para eles foi importante aquela mudança que o parque fez, essa transferência deles de um lugar totalmente isolado para um lugar que hoje tem acesso. Vivem outra vida, têm água, energia, escola e próximo a São Raimundo Nonato. Mas, na época, não foi procurado, justamente, conscientizar o povo. No meu entender houve uma falha neste setor, dizendo o que significava esse trabalho e o pessoal foi tomado assim, de repente. Eu vejo uma falha grande na direção do Parque, porque não conscientizou o povo, o que significava aquilo e que depois eles seriam beneficiados com aquele projeto. A meu ver o pessoal não foi preparado para receber isso [...] Houve pouca gente benefi-

ciada, pessoas bastante prejudicadas, lesadas, o valor de suas propriedades. Toda indenização tem essas discórdias e não contenta todo mundo. Eu sou prejudicado, pois é, veja bem, são 17000 hectares de terra, eu e minha família fomos desapropriados sem receber nada até hoje, e sou proibido de entrar lá onde fui criado, então existem essas coisas. No Catuaba, o Parque se apropriou e nunca nos pagou, eu me criei ali, não fomos indenizados nada, nada. E lá não éramos posseiros, nós temos escrituras e nunca fomos indenizados, não sei por que (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).

Houve a resistência dos moradores em abandonar seus lares, seus modos de fazer, de criar e de viver naquele território. Sendo assim, os conflitos foram instituídos, sobressaindo-se aqueles resultantes da caça de animais selvagens, do extrativismo e das atividades agropastoris – modos de vida de subsistência daquele povo –, vistos como ilegais perante a legislação que rege a salvaguarda do patrimônio cultural/ambiental, as situações fundiárias não resolvidas e a perda do direito de propriedade e usufruto do território.

De acordo com Funari e Pinsky (2005, p. 93), os moradores conservam laços afetivos com o meio ambiente: “[...] lugar do lar, lugar de memória e lugar onde se ganha a vida, da intimidade física, da dependência material e do fato de a terra ser um repositório de lembranças e fonte de esperança para essas pessoas, e que tais lugares se constituem”.

Diegues complementa dizendo:

Em muitas sociedades, chamadas tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas, camponeses), o homem não se comporta necessariamente como destruidor da natureza, sobretudo, quando depende da reprodução contínua dos recursos renováveis para sua sobrevivência é marcado pela rápida acumulação capital. (DIEGUES, 1996, p. 01).

D’Antona (2005) esclarece que realmente a criação dos parques no Brasil afetou diretamente as comunidades tradicionais que habitavam aquele espaço ou que exerciam atividades de subsistência, cujos modos de vida são confrontados com as restrições legais, pois a perspectiva dos moradores é in-

terna e a dos proponentes da criação dos parques é externa; os primeiros estão intrinsecamente ligados ao local onde se instala o Parque, já os criadores dos Parques o veem como a “[...] parte do cenário nacional ou mundial que precisa ser preservada.” (D’ANTONA, 2005, p. 92).

Para a comunidade local, a Serra da Capivara sempre foi considerada um lugar misterioso, bonito e agradável para os passeios de férias e feriados. As “tocas”<sup>1</sup> eram propícias para piqueniques entre familiares e amigos.

Achava bonito, tinha umas bonitas, só que a gente não tinha um conhecimento da quantidade que tinham. É, a gente via lá pintados veados, ema; via desenhado na pedra uns bichinhos que a gente fazia comparação, que podia ser os mocós [risos], mas não tínhamos certeza e nem quem tinha feito, tinha tatu, era parecido com as que tem. A gente dizia aqui era um veado, aqui uma ema. Fazia comparação (Inquerido, sexo feminino, 50 anos. Comentário nosso).<sup>2</sup>

Ali na toca da areia tem os desenhos, e quando criança nós parávamos lá para ouvir as histórias do meu pai dizendo “ali foram os índios”, era isso que nós sabíamos. Nós sabíamos que era uma cultura dos índios que tinham morado ali na serra, e ali ninguém nunca riscou nenhuma pintura daquelas. Quando eu nasci, tudo que tinha na Capivara ainda existe até hoje. [...] Inclusive, eu conheço tudo aquilo ali, tanto que uma vez eu cheguei com minha esposa e ela queria conhecer, e nós pegamos um guia e chegando lá muitas coisas ele perguntava para mim. Eu sabia e ele não sabia, eu mostrava tudo. (...) Eu nasci dentro do Parque, conheço tudo, desde a minha infância. Hoje, eu moro fora e sempre divulgo o Parque, tenho orgulho, levo coisas da cerâmica, já toquei as mãos naquelas pedras ali [...]. Eu lhe afirmo uma coisa, eu nunca vi um menino da minha época, 1940 a 1953, ninguém chegar perto daquelas gravuras para

<sup>1</sup> Referência local aos abrigos sob rocha.

<sup>2</sup> Trecho retirado dos inquéritos aplicados que serão analisados no capítulo IV. Na medida em que os inquéritos iam sendo aplicados, muitas pessoas faziam questão de contar as histórias vividas no Parque, mas nos inquéritos a identidade dos inqueridos foi preservada, portanto, não temos seus nomes.

depredar. Ali nós admirávamos, não tínhamos informação, só uma visão que tinham sido os índios que faziam. Só não tinha a importância que é dada hoje (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).<sup>3</sup>

Percebe-se que embora não tivessem conhecimento do valor científico desse patrimônio, o qual hoje tem muita representatividade para a região e para o mundo, os inqueridos já sabiam que havia algo relevante naquele território, o qual, portanto, deveria ser respeitado, mostrando claramente a apropriação desse patrimônio, mesmo que inconscientemente, do ponto de vista técnico/científico.

Todavia, essa relação foi abalada no momento em que se deu o processo de criação da Unidade de Conservação, cujas disposições legais restringem o direito de grupos humanos habitarem o seu interior, com a justificativa de que são uma ameaça constante à conservação da natureza. Esse modelo de Unidade de Conservação gerou graves conflitos nas comunidades tradicionais, não apenas na região estudada, mas em todo o território nacional, uma vez que foi um modelo copiado do contexto norte-americano, cujas especificidades são diferentes das do Brasil.

Entre outras palavras, os parques nacionais eram concebidos dentro de uma ótica de conservação na qual o homem e a natureza são separados. Essa concepção gira em torno do *mito da natureza intocada*, que é representada em sua forma “autêntica” e primitiva (DIEGUES, 2001). Para as populações tradicionais brasileiras, “[...] a natureza significa o mundo concreto que fundamenta toda sua experiência de vida.” (DIEGUES, 2001, p. 33), pois essa relação está intrinsecamente estabelecida, ou seja, a natureza e a cultura são indissociáveis.

Nessa seara, D’Antona diz que:

As comunidades tradicionais são diretamente prejudicadas com a delimitação do parque em benefício indireto de “toda humanidade”, da nação, do planeta. A exigência legal de reti-

<sup>3</sup> Giovani Martins Dias, 73 anos, profissão: licenciado em matemática e contador. Antigo morador do Parque, atualmente está escrevendo um livro sobre a história de Coronel José Dias. Vive há mais de 20 anos no Pará. É uma pessoa isenta de qualquer influência ou discurso político local. A ideia de entrevistá-lo partiu de uma conversa informal, quando ele visitava Coronel José Dias e questionou-me sobre informações para o seu livro.

rada das comunidades das áreas preservadas limita o acesso aos recursos de subsistência contribuindo para que as pessoas dependam mais do mercado. Junto com o impacto no modo de produção, ocorre a redefinição do espaço de circulação e dos lugares de residência – o que abala a articulação das categorias culturais centrais do seu universo (D'ANTONA, 2005, p. 93).

O autor completa que são essas pessoas, suas histórias vividas, que acabam dando vida aos lugares, pois são elas que tornam os lugares excepcionais, são suas memórias e referências culturais que dão sentido ao patrimônio materializado nos parques nacionais (D'ANTONA, 2005).

Laraia (2004) explica que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais são produtos de uma herança cultural determinada culturalmente. O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. É herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

No contexto da Serra da Capivara, os modos de vida tradicionais e o apego afetivo/simbólico daquelas comunidades pelo território, que não foram considerados no processo de desapropriação, e a gestão do Parque, munida pela lei federal, puniram esses moradores severamente (expulsões, prisões arbitrárias). O despreparo dos guardas/parque foi crucial no que concerne aos conflitos instaurados. Aqui apontamos a ausência ou a ineficiência de um programa de educação ambiental/patrimonial voltado tanto para os guardas do parque quanto para a comunidade diretamente afetada.

Depois da criação do Parque, houve bastante discórdia, porque existiam pessoas, na época, que dependiam da caça para sobreviver, e as pessoas sofreram as consequências. Eu vejo uma falha grande da direção do parque, pois não conscientizou o povo, muita gente foi presa, pessoas totalmente ignorantes, acostumados a viver na vida humilde e costumeira que era a caça que ajudava muito. Veio aí, depois, não poder também tirar a madeira para fazer a cerca, passou a ter dificuldade para fazer seu cercado, porque foi justamente impedido de tirar madeira e nosso pessoal desprovido de tudo, tanto de

conhecimento, como recursos do ponto de vista econômico, afetou a comunidade. Agora, com o tempo, as coisas vão se transformando. Hoje a gente sente que o povo já aceita o quadro, vamos dizer que eles acham que hoje está certo, quando se fala em comer caça, o pessoal diz que é difícil, é proibido, que não encontra mais caçador. Nessa parte, nossa região evoluiu em relação à conservação dos animais. Hoje, por exemplo, o tamanduá bandeira, que estava em extinção, já tem muito; o tatu, que era a caça mais predileta, e todos iam atrás dele, e era difícil encontrar, vejo o pessoal dizer que é o que mais tem, e não é explorada, a atividade de caçador não cresceu, esses animais foram beneficiados pela criação do Parque.

Não depredávamos, vejamos bem, nós tínhamos roças, quem é que não fazia? Quando ia começar as derrubadas, não era depredação consciência, era depredação para sobreviver ali, para manter nosso sustento. Vivíamos daquilo, porque o sertanejo, na realidade, vive toda a vida ali, tirando o sustento. Ninguém fazia por vaidade, nós fazíamos aquilo porque precisávamos, tirávamos nosso sustento, feijão, milho, mandioca. Então essa era a depredação que eu não considero depredação, e sim se beneficiar de nossa terra. Tirávamos o mesmo que os indígenas faziam. Agora, lógico que o Parque conserva, tem um trabalho importante que, antes, não tinha. (Giovani Martins Dias, entrevista concedida em 08 de agosto de 2010).

Quando é apontado, na hipótese deste capítulo, que somente um segmento da comunidade de Coronel José Dias já se apropria de forma consciente do patrimônio cultural do PNSC, está se considerando que uma parcela, precisamente a dos mais velhos, sofreu ou viu sofrer seus familiares e amigos.

Ao trazer a discussão para o contexto desta pesquisa, tornou-se pertinente abordar esse histórico no que se refere à relação da comunidade com a criação do Parque, para, adiante, compreendermos os trabalhos educativos implantados pela gestão do Parque, a análise dos inquéritos e a obrigatoriedade de inserir a comunidade local nos processos de gestão comunitária, assegurando, assim, a fruição social e os usos sustentáveis. Assuntos esses tratados na sequência.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NOS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, tornou-se necessário traçar diretrizes para a sua gestão, incluindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a interação dos grupos humanos com o ambiente, desde a pré-história aos dias atuais, e integrar a população local à preservação desse patrimônio.

Essa integração se deu, principalmente, por intermédio da Fundação Museu do Homem Americano, liderada pela pesquisadora Dra. Niède Guidon, por meio da implantação de um programa de preservação patrimonial que fomentava os cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades, demonstrando, sobretudo, que as ações educativas centradas eram imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente pelas comunidades (PESSIS, 1991). Mais adiante, em 2005, também contou com programa de educação patrimonial desenvolvido pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), situado em São Raimundo Nonato.

Partindo dessa premissa, será apresentada, resumidamente, a análise dos relatórios, das publicações e da participação efetiva da autora nesses programas, a fim de apresentar a contribuição, os processos e as discontinuidades dos programas educativos desenvolvidos no município de Coronel José Dias pelas instituições supracitadas.

A primeira análise se deu nos projetos da Fundação Museu do Homem Americano, com base nas recomendações de seu estatuto e do plano de manejo, ressaltando os Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs), que se constituíram como uma iniciativa precursora na região com a implantação do ensino profissionalizante – quatro escolas de ensino regular (1986-2000) –, do Pró-Arte – uma escola de arte-educação (2001-2010) –, bem como de outros projetos alternativos de promoção e sensibilização do patrimônio ambiental/cultural, mas que, por motivos diversos, foram desativados.

Depois foi feita a análise do programa de educação patrimonial do Escritório do IPHAN, em São Raimundo Nonato (2005-2008), que tinha como objetivo central promover uma articulação mais consistente com a comunidade

local, por meio do Programa de Educação Patrimonial, tendo em vista que as ações de cunho educativo nas comunidades dos quatros municípios limítrofes do Parque são imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação do patrimônio cultural pela comunidade (BUCO 2006 apud RODRIGUES, 2009, p. 25).

Os resultados das análises dos programas são aqui sintetizados:

- **FUMDHAM:** Embora os projetos educacionais implantados no decorrer dos 24 anos dessa fundação tenham passado por um direcionamento de rupturas, descontinuidades, incompatibilidade de coordenação e **não tenham sido direcionados para as pessoas diretamente afetadas pela desapropriação**, a FUMDHAM cumpriu as deliberações de seu estatuto de fundação e as recomendações da UNESCO e do Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM/ICOMOS), que estabelecem a necessidade de promover ao público informações acerca de seu patrimônio (ICAHM, 1990. Grifos nossos).

Em Coronel José Dias, as ações educativas contribuíram para que parte de sua comunidade pudesse desenvolver, ao longo desses anos, um entendimento sobre o significado patrimonial e ambiental da reserva. Embora tenha havido esforços no início para o desenvolvimento de uma rede comunitária como fonte de renda voltada para o turismo cultural, as iniciativas, entretanto, não foram simétricas com a comunidade local.

Tais dados nos fizeram inferir que o trabalho da FUMDHAM, direcionado para o patrimônio e a sustentabilidade cultural da Serra da Capivara, daqui para frente, deverá trilhar outros caminhos, repensando suas estratégias de sustentabilidade para que a comunidade seja incluída como parceira ativa nas tomadas de decisões e não apenas como mera receptora de programas assimétricos que, durante décadas, causaram tantos descompassos e desentendimentos.

- **Escritório Técnico do IPHAN:** Em Coronel José Dias, as ações se concentraram, majoritariamente, nas escolas, de forma esporádica e sem um plano de continuidade. As intenções educacionais são bem elaboradas e executadas, com destaque às visitas monitoradas ao Parque e ao Museu. No entanto, a estratégia de desenvolvimento ainda é descontínua, o que impossibilitou uma avaliação precisa de suas ações.

Tais análises não foram suficientes para compreendermos como a comunidade coronelina se relaciona com o patrimônio da Serra da Capivara, por isso aplicamos questionários para percebermos as relações estabelecidas com o PNSC, sob a ótica da própria comunidade, fazendo uso de questões que envolveram valor, acessibilidade, preservação e fruição social. Vejamos, a seguir, a síntese desses resultados.

## Reconhecimento, apropriação e desenvolvimento: o olhar da comunidade

A metodologia de recolha de dados partiu da premissa de tentar identificar a percepção da comunidade do município de Coronel José Dias em relação ao PNSC nos quesitos valor, acessibilidade, preservação e fruição social. Iniciamos a amostragem com a idade de 11 a 17 anos, justificando que, conforme a classificação de Piaget (apud BELLO, 1995), a partir de 11 anos de idade, o sujeito já alcançou uma maturidade cognitiva que lhe possibilita pensar criticamente, formular hipóteses e buscar soluções concretas sobre todas as classes de problemas.

108

Por conseguinte, com os demais grupos etários, partiu-se do pressuposto de que entre 18 e 29 anos há o período de afirmação da idade adulta, iniciando-se uma nova fase escolar e profissionalizante. Além disso, esse grupo etário cresceu com os discursos patrimonialista e ambientalista configurados nas narrativas proferidas nas escolas, nos programas educativos e nas campanhas sobre o PNSC, diferentemente dos demais grupos etários (30 a 39; 40 a 49; 50 a 59; 60 a 69; 70 a 79 anos) que nasceram antes da criação (e/ou no seu período de fecundação) do Parque e presenciaram todas as transformações ocorridas em seu meio ambiente, tendo que se adaptar às novas posturas patrimonialistas.

Foram aplicados 591 inquéritos (perguntas mistas) às faixas etárias supracitadas, o que corresponde a mais de 10% da população do município, a saber: 11 a 17 anos 30%; 18 a 29 anos 10%; 30 a 39 anos 13%; 40 a 49 anos 10%; 50 a 59 anos 10%; 60 a 70 anos 16% da população.

Além de dividir os discursos por faixa etária, criamos um quadro de categorias para desenvolver as análises, a saber: a) VALOR CULTURAL, b) ACESSIBILIDADE, c) PRESERVAÇÃO e d) FRUIÇÃO SOCIAL.

## a) Valor Cultural

Para Fonseca (2005), o valor de um patrimônio está no sentimento de pertencimento que ele desperta nas comunidades, reforçando a identidade coletiva, a educação e a formação da cidadania.

Essa primeira análise teve início com perguntas básicas e diretas. O intuito foi entender se os sujeitos já tinham ouvido falar sobre arqueologia, se sabiam o que é um sítio arqueológico e se tinham noção da importância da arte rupestre do PNSC.

Pergunta 1 - Você já ouviu falar sobre arqueologia?

Opções de resposta: Sim. Não.

Pergunta 2- Em quais meios de comunicação?

Opções de resposta: Em palestra. Na escola. Na televisão. Em livros. Todas as alternativas.

109

Os resultados estatísticos revelaram que mais de **88%** dos atores sociais admitiram saber o que é arqueologia (11 a 17 anos 96%; 18 a 29 anos 94%; 30 a 39 anos 86%; 40 a 49 anos 74%; 50 a 59 anos 73%; 60 a 70 anos 68%), contra **12%** que disse não saber (11 a 17 anos 4%; 18 a 29 anos 6%; 30 a 39 anos 14%; 40 a 49 anos 26%; 50 a 59 anos 27%; 60 a 70 anos 31%).

Quando questionados acerca de em quais meios de comunicações ouviram, **33,7%** (11 a 17 anos 74%; 18 a 29 anos 59%; 30 a 39 anos 35%; 40 a 49 anos 13%; 50 a 59 anos 19%; 60 a 70 anos 2%) elegeram a escola como o lugar que mais os informou, ao passo que a maioria (**34,2%**) revelou que considera a televisão o canal mais efetivo para isso. Observa-se, também, que uma amostra menor afirmou já ter ouvido falar sobre arqueologia em palestras proferidas na comunidade (**28%**), outra em livros (**3,1 %**), enquanto a menor de todas elas (**1%**) elegeu a opção Todas as alternativas.

Percebe-se que nas idades de 11 a 17 anos e de 18 a 29 anos os sujeitos revelaram a escola como sendo o local que mais os informou sobre arqueologia. Isso decorreu pelo fato de que no currículo obrigatório do município foi inserida, em 2005, a disciplina Parque Nacional Serra da Capivara. Para as

demais faixas etárias, a mídia televisiva se tornou um recurso mais abrangente, no sentido de democratizar o acesso à informação, embora se faça claro que ela não tenha se sobressaído, em termos de conteúdo, nos programas e ações educativos.

Pergunta 3 - Você sabe o que é um sítio arqueológico?

Opções de resposta: Sim. Não.

Em relação à importância do conhecimento sobre o que é um sítio arqueológico, obtivemos resultados negativos de **50,5%** (11 a 17 anos 35%; 18 a 29 anos 34%; 30 a 39 anos 48%; 40 a 49 anos 58%; 50 a 59 anos 62%; 60 a 70 anos 66%), contra **49,5%** que revelaram saber o que é um sítio arqueológico (11 a 17 anos 65%; 18 a 29 anos 66%; 30 a 39 anos 52%; 40 a 49 anos 42%; 50 a 59 anos 38%; 60 a 70 anos 34%). Em uma análise fragmentada, por idade, os dados indicam que a maioria dos mais jovens (11 a 17 anos 65%; 18 a 29 anos 66%; 30 a 39 anos 52%) sabe o que é sítio arqueológico.

110

Pergunta 3 - Para você, qual a importância da Arte Rupestre do PNSC?

Opções de resposta: São riscos nas paredes, sem importância. Acho bonito, mas não sei o significado. São desenhos pintados ou gravados nas rochas, de grande importância para compreendermos a história dos nossos antepassados. Não sei, nunca vi. Não quero opinar.

Os dados estatísticos nos mostraram que todas as faixas etárias consideraram a arte rupestre da Serra da Capivara um elemento decisivo para o entendimento da história de nossos antepassados, atingindo um total de **57%** (11 a 17 anos 71%; 18 a 29 anos 68%; 30 a 39 anos 72%; 40 a 49 anos 44%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 41%). A amostragem também nos revelou que existe um contingente de **20%** que afirma nunca ter visto uma arte rupestre. O quesito “Acho bonito, mas não sei o significado” obteve uma amostragem de **18%** (11 a 17 anos 11%; 18 a 29 anos 12%; 30 a 39 anos 19%; 40 a 49 anos 21%; 50 a 59 anos 21%; 60 a 70 anos 17%). A alternativa “São riscos nas paredes” atingiu o total de **2%**, seguido dos 3% de quem não quis opinar.

## b) Acessibilidade

Para Horta (2008), uma das etapas metodológicas mais importantes do estudo do patrimônio é o contato direto dos sujeitos com o objeto. É nesse processo que se dá o desenvolvimento da percepção visual e simbólica, a interpretação das evidências e dos significados, o envolvimento afetivo, a internalização, o julgamento crítico e, por fim, a valorização cultural. Dentro dessa conjuntura, inseriram-se no questionário as seguintes perguntas:

Pergunta 1 - Você já visitou o PNSC?

Opções de resposta: Sim. Não.

Na amostra, **51,4%** dos respondentes revelaram nunca ter visitado o Parque (11 a 17 anos 59%; 18 a 29 anos 28%; 30 a 39 anos 43%; 40 a 49 anos 60%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 69%) contra **48,6%** que já o visitaram (11 a 17 anos 41%; 18 a 29 anos 72%; 30 a 39 anos 57%; 40 a 49 anos 40%; 50 a 59 anos 51%; 60 a 70 anos 31%).

Ao analisar separadamente, por faixa etária, vê-se que **72%** (18 a 29 anos) e **57%** (30 a 39 anos) declararam que já visitaram o Parque. Alguns justificaram que os festivais culturais (Interartes Serra da Capivara) desenvolvidos pela Fundação Museu do Homem Americano, na Pedra Furada, facilitaram esse acesso.

Curioso observar que uma considerável amostra (40 a 49 anos 60%; 50 a 59 anos 49%; 60 a 70 anos 69%) declarou nunca ter visitado o Parque, muito embora, em alguns inquéritos, os sujeitos tenham respondido “Não” com uma justificativa: “Não, mas antes da criação do Parque eu andava muito por lá”. “Não, depois que virou Parque nunca fui”. “Não, conhecia antigamente antes de ser Parque”. “Não, antes de ser Parque eu achava muito bonito e hoje eu não ando mais por causa da burocracia”. “Não visitei, a gente morava dentro, mas acho que visitei porque já andei por essas ‘beiradas’ da serra antes de ser Parque” (inqueridos com idades entre 51 a 70 anos).

Na verdade, a resposta deveria ter sido “Sim”, com ressalvas, pois a questão levantada pela comunidade foi sobre o direito de propriedade do território, ao passo que aquele espaço, que outrora era a casa deles, passou a ser

demarcado como Unidade de Conservação, onde eles não poderiam ir e vir quando sentissem vontade, daí a resposta “não” com uma justificativa.

Pergunta 2 - Você já visitou o Museu do Homem Americano?

Opções de resposta: Sim. Não.

Os indicadores dessa amostra revelaram que **61,8 %** (11 a 17 anos 63%; 18 a 29 anos 49%; 30 a 39 anos 49%; 40 a 49 anos 69%; 50 a 59 anos 68%; 60 a 70 anos 73%) dos respondentes não visitaram o Museu, contra **38,2%** (11 a 17 anos 37%; 18 a 29 anos 52%; 30 a 39 anos 51%; 40 a 49 anos 31%; 50 a 59 anos 32%; 60 a 70 anos 27%) que já o visitaram.

### c) Preservação

A missão de preservar o patrimônio cultural gerou, durante décadas, muitas discussões. As recomendações, cartas e legislações preveem várias maneiras de preservação patrimonial, entre elas a tarefa de educar as populações a respeito dos valores representados pelo patrimônio cultural. Por admitir essa necessidade foi que elaboramos as questões abaixo.

Pergunta 1 - Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o PNSC?

Opções de resposta: Sim. Não.

Os mais jovens, de 11 a 17 anos (**65%**) e de 18 a 29 anos (**63%**), admitiram que já participaram de programas educativos centrados no patrimônio cultural do PNSC. No entanto, em uma amostragem geral, **42,3%** (30 a 39 anos 42%; 40 a 49 anos 30%; 50 a 59 anos 29%; 60 a 70 anos 25%) responderam “Sim”, contra **57,7%** (11 a 17 anos 35%; 18 a 29 anos 37%; 30 a 39 anos 58%; 40 a 49 anos 70%; 50 a 59 anos 71%; 60 a 70 anos 75%), que responderam “Não”, o que é considerada uma amostragem expressivamente preocupante do ponto de vista da participação de um entendimento geral sobre o patrimônio cultural da região.

Pergunta 2 - Quem deve preservar o patrimônio do PNSC?

Opções de resposta: A prefeitura, a FUMDHAM e o ICMBio. IPHAN. Todos nós. Não queremos opinar.

No quesito “Todos nós”, foi obtida uma amostragem total de **80, 9%** (11 a 17 anos 68%; 18 a 29 anos 90%; 30 a 39 anos 93%; 40 a 49 anos 75%; 50 a 59 anos 76%; 60 a 70 anos 83%). Nesse caso, a maioria considerou o estado, os gestores do parque e a comunidade, conjuntamente, como corresponsáveis pela preservação do patrimônio. Curioso observar que a alternativa “IPHAN” não obteve nenhuma porcentagem (0%). No geral, **14,5%** elegeram a FUMDHAM e o ICMBio, enquanto **2%** elegeram a prefeitura e **2,6%** não quiseram opinar.

Pergunta 3 - Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?

Opções de resposta: Sim. Não. Não quero opinar.

Indagados sobre a permissão da caça de animais selvagens, os mais jovens afirmaram que não deve ser permitida, totalizando **57,8 %** (11 a 17 anos 67%; 18 a 29 anos 63%; 30 a 39 anos 75%). Uma minoria (**17,5%**) considerou que a caça deve ser permitida, uma vez que contribui para a subsistência das populações locais (11 a 17 anos 16%; 18 a 29 anos 11%; 30 a 49 anos 14%; 40 a 49 anos 14%; 50 a 59 anos 24%; 60 a 70 anos 27%). Algumas pessoas decidiram não opinar (**24,7%**) (11 a 17 anos 17%; 18 a 29 anos 26%; 30 a 39 anos 12%; 40 a 49 anos 38%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 25%), uma postura compreensível devido à delicadeza em abordar essas questões na comunidade.

Em suma, os dados acima são bastante significativos, mostrando que há um processo de conscientização da ilegalidade do ato de caçar.

Pergunta 4 - Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?

Opções de resposta: Liberar a caça o ano inteiro. Realização de programas educativos. Através de vigilância dos guarda-parques. Não quero opinar.

Os dados indicaram que a maioria dos respondentes (**54,8%**) acredita que a educação se figura como um indispensável instrumento de informação e

sensibilização de prevenção à caça (11 a 17 anos 60%; 18 a 29 anos 74%; 30 a 39 anos 68%; 40 a 49 anos 49%; 50 a 59 anos 46%; 60 a 70 anos 32%). Porém **24,4%** (11 a 17 anos 22%; 18 a 29 anos 23%; 30 a 39 anos 16%; 40 a 49 anos 20%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 34%) acreditam que a vigilância é que consegue parar a ação de caçar. Um pequeno número (**14,6%**) acredita que deve ser liberada (11 a 17 anos 4%; 18 a 29 anos 3%; 30 a 39 anos 12%; 40 a 49 anos 3%; 60 a 70 anos 9%) e **6,4%** não quiseram opinar.

A questão da liberação é um ponto crítico a ser abordado, uma vez que vai contra a legislação nacional brasileira. Mas, observando os dados, constata-se que a maioria das pessoas daquela comunidade tem esse conhecimento.

#### d) Fruição Social

De acordo com Meneses (2006), se as comunidades do entorno dos bens culturais tiverem um sentimento de apropriação e (re)valorização do patrimônio cultural, entendendo o seu papel como corresponsáveis na sua preservação, estarão aptos a sua fruição social e fortalecerão melhorias nas condições de vida através da sustentabilidade. As questões a seguir buscam esse entendimento.

Pergunta 1 - Você já ouviu falar sobre turismo sustentável?

Opções de resposta: Sim. Não.

A pesquisa revelou uma amostragem de **56%** positiva (11 a 17 anos 55%; 18 a 29 anos 61%; 30 a 39 anos 57%; 40 a 49 anos 52%; 50 a 59 anos 55%; 60 a 70 anos 56%), contra **44%** negativa (11 a 17 anos 45%; 18 a 29 anos 39%; 30 a 39 anos 43%; 40 a 49 anos 48%; 50 a 59 anos 45%; 60 a 70 anos 44%).

O turismo cultural arqueológico se apresentou como alternativa viável para que as comunidades possam, além de reconhecer e revalorizar o patrimônio arqueológico, usufruir desse potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Pergunta 2 - Se sua cidade for contemplada com um museu, o que você gostaria de ver em exposição?

Opções de resposta: Objetos que contenham a história da minha família. Objetos da cultura coronelina. Os achados arqueológicos pré-históricos encontrados no Parque Nacional Serra da Capivara. Todas as alternativas. Não quero opinar.

Uma parcela da comunidade, ou seja, **38,6%** (11 a 17 anos 47%; 18 a 29 anos 48%; 30 a 39 anos 48%; 40 a 49 anos 42%; 50 a 59 anos 30%; 60 a 70 anos 17%) considera primordial que os achados arqueológicos do PNSC se façam presentes no museu, mas **25,6%** (11 a 17 anos 31%; 18 a 29 anos 30%; 30 a 39 anos 20%; 40 a 49 anos 19%; 50 a 59 anos 32%; 60 a 70 anos 22%) elegeram também os objetos antigos da cultura coronelina. Outro contingente (**12%**) marcou os objetos da história familiar. O item “Todas as alternativas” foi marcado por **18,8%** e **4,7%** não quiseram opinar.

Apesar de considerarem primordial os achados arqueológicos do PNSC estarem no museu, também elegeram a história local e os objetos antigos que fazem rememorar os modos de fazer e de viver do sertanejo, ou seja, revelaram a vontade de deixar o testemunho de seus saberes e fazeres.

115

Pergunta 3 - O que você gostaria que o turista conhecesse na sua cidade?

Opções de resposta: O bairro São Pedro e a igreja. Os Serrotes Calcários. As histórias contadas pelos antigos moradores do Parque. Danças regionais. Todas as alternativas. Não sei.

Os respondentes, **36,6%** (11 a 17 anos 56%; 18 a 29 anos 44%; 30 a 39 anos 49%; 40 a 49 anos 31%; 50 a 59 anos 16%; 60 a 70 anos 24%), sinalizaram a importância de se conhecer o PNSC e os sítios arqueológicos do entorno. Reconheceram, sobretudo os mais velhos (**22,8%**) (11 a 17 anos 20%; 18 a 29 anos 22%; 30 a 39 anos 14%; 40 a 49 anos 18%; 50 a 59 anos 41% e 60 a 70 anos 22%), que as suas peculiaridades culturais e históricas são importantes e que devem ser compartilhadas com os visitantes. Sobre a opção de resposta “todas as alternativas”, **20%** (11 a 17 anos 7%; 18 a 29 anos 13%; 30 a 39 anos 19%; 40 a 49 anos 25%; 50 a 59 anos 24%; 60 a 70 anos 32%) dos entrevistados a utilizaram. As demais alternativas obtiveram uma porcentagem geral de **8,7%** para o

bairro São Pedro (centro histórico), **4,5%** para os Serrotes Calcários, **4,7%** para danças regionais e **2,7%** para não sei.

Percebe-se que existe a vontade de compartilhar como são os modos de viver no território da Serra da Capivara, até porque se essas histórias não forem compartilhadas, daqui a pouco essa geração não existirá e suas histórias se perderão no tempo.

Faz-se necessário compreender que a demanda do museu aqui levantada é a do município de Coronel José Dias, uma vez que o Museu do Homem Americano está localizado no município de São Raimundo Nonato.

## Síntese dos Resultados

Os dados nos mostram que os mais jovens que cresceram com o discurso da preservação patrimonial têm um entendimento maior sobre a importância da valorização e da preservação do PNSC; ao contrário dos mais velhos, que vivenciaram os processos de criação do Parque, por meio do qual muitos foram desapropriados de suas terras mediante a legislação de criação da Unidade de Conservação, tendo que migrar para outros locais, modificando os seus antigos hábitos.

Diante desse cenário, a hipótese de um ressentimento com a exclusão de suas memórias é possível. Mais que isso, parece-nos que o início da problemática foi a retirada deles do território, ou seja, aquilo que era patrimônio de valor familiar passou a ser patrimônio da humanidade (uma inversão do público/privado).

Outro ponto relevante na análise é que os mais velhos são, na verdade, mais conscientes das mudanças ocasionadas, pois vivenciaram e manifestam a vontade de participar ativamente. Viu-se isso quando expressaram o desejo de que o museu da comunidade contenha artefatos arqueológicos do homem pré-histórico e do modo de viver no sertão.

Por outro lado, os mais jovens não manifestaram esse ressentimento, pois não habitaram aquele espaço, não vivenciaram o sentimento de perda de propriedade. Eles, por sua vez, acreditam nas mudanças que podem ocorrer no município por intermédio do turismo.

Entende-se, porém, que o motivo maior do ressentimento não são as indenizações mal resolvidas ou a vontade de continuar caçando, mas o fato de terem perdido a livre fruição de seu direito de propriedade (individual e familiar): o direito de habitar aquele território; o direito de visitar os seus mortos que lá ficaram quando sentissem vontade; o direito de contemplar a arte rupestre livremente; o direito de tomar banho nos caldeirões sem acompanhamento de um guia turístico ou sem ter que pagar uma taxa.

Desse modo, para muitos não faz sentido voltar àquele lugar que não é mais de propriedade deles. Por isso apontam nos inquéritos que não conhecem o Parque, justificando que o conheciam antes. Não é compreendido que sendo uma propriedade coletiva da humanidade, ele é de todos. A verdade é que os direitos na sociedade são conflitantes.

Em linhas gerais, os dados apresentados nos inquéritos sintetizam uma série de questionamentos que devem ser vistos para que a comunidade de Coronel José Dias possa, a cada dia, ter mais acesso ao PNSC, valorizá-lo, preservá-lo, usá-lo de forma consciente e usufruí-lo economicamente por meio do turismo cultural.

Quanto à análise dos programas educativos desenvolvidos pela FUMDHAM e pelo IPHAN, entende-se que ambos tiveram sua contribuição dentro da ótica pela qual foram propostos; uns obtiveram bons resultados, outros nem tanto, mas tais resultados podem ser revistos, revitalizados, recomeçados a partir de outro viés: o da gestão partilhada simétrica e da revalorização local.

No delinear das análises, foram surgindo mais questionamentos que soluções, chegando-se à conclusão de que não existem fórmulas, sobretudo quando se sabe que os anseios individuais são, muitas vezes, latentes.

Acredita-se que devem surgir novas propostas educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC, agregando outros elementos: mostrar o potencial do Parque como fonte de desenvolvimento sustentável, partindo de iniciativas da própria comunidade; estimular e desenvolver espaços educacionais e de memória para o fortalecimento das identidades culturais dos povos; fomentar o fortalecimento da cultura das comunidades tradicionais em todas as suas manifestações regionais, especialmente seus conhecimentos tradicionais, entre outros.

Entende-se, portanto, que o maior contributo que a educação centrada no patrimônio cultural pode oferecer à população é dar autonomia para que

os próprios sujeitos possam construir seus próprios entendimentos e projetos comunitários.

## Perspectivas Futuras

Dentro das recomendações recebidas, a comunidade fortaleceu a vontade de tratar das questões relacionadas à memória do território, à preservação, ao registro da tradição local e, sobretudo, destacaram a insatisfação por nunca terem participado ativamente das tomadas de decisões em relação aos diversos projetos de desenvolvimento sustentável implantados na comunidade e devido à violação dos seus direitos à memória do território tradicional (proibição de voltar aos seus lugares tradicionais, lugares de referências culturais, etc.). Também pela falta de diálogo horizontal entre gestores do Parque e comunidade. Por fim, admitem que o distanciamento afetivo com a Unidade de Conservação (PNSC) e as descontinuidades nos projetos foram resultado, em grande parte, desses imperativos.

Esses resultados suscitaram na autora a preocupação de não deixar que tais anseios ficassem apenas escritos em um trabalho acadêmico. Nesse sentido, percebeu que havia chegado a hora de erigir um projeto de dentro da comunidade – feito pela comunidade para a comunidade –, que trouxesse elementos de fortalecimento da identidade e do protagonismo comunitário.

Nasceu, portanto, em 2013, a Associação Instituto Olho D'Água (IODA) no município de Coronel José Dias, Piauí, orientada por um projeto científico (da comunidade para a comunidade) lastreado pelo arcabouço conceitual da Arqueologia Colaborativa e do Meio Ambiente Cultural. O principal objetivo do IODA é promover, realizar e divulgar estudos relacionados às comunidades tradicionais do território do Parque Nacional Serra da Capivara; fomentar o fortalecimento e a perpetuação da cultura em todas as suas manifestações regionais, tais como seus conhecimentos tradicionais e modos de uso dos recursos naturais em sinergia com os estudos arqueológicos vigentes.

Desde sua criação, o IODA tem desenvolvido uma série de projetos aplicados ao registro da memória do território, à defesa do Meio Ambiente Cultural, dos acervos culturais (material e imaterial), da condição cidadã dos povos e das comunidades tradicionais que vivem na região (RODRIGUES, 2016), com destaque para:

- **Projeto Volta às Origens**

Consiste no mapeamento participativo com base na metodologia de cartografia afetiva do território tradicional da Serra da Capivara, por meio de expedições pelas áreas antigamente ocupadas pela comunidade local (dentro da Unidade de Conservação). O objetivo principal dessa iniciativa é recuperar narrativas por meio da memória individual e coletiva da referida comunidade para construir um mapa afetivo de valorização da identidade e da tradição local.

Entende-se que as narrativas comunitárias sobre o território, a paisagem e as pinturas rupestres oferecem outra perspectiva sobre a área internacionalmente conhecida, que se sobrepõe e diversifica as interpretações e representações do discurso científico da arqueologia e da antropologia tradicional. O reconhecimento e a interpretação do território pela comunidade oportuniza a emergência de outra narrativa, de outros conhecimentos sobre a área que, muitas vezes, foram esquecidos, omitidos e silenciados pelo discurso científico tradicional acadêmico e/ou pelo funcionalismo administrativo estatal (RODRIGUES et al., no prelo).

119

Nas expedições ao território tradicional, o mapeamento participativo tem identificado histórias e lugares significativos. Esses lugares são georreferenciados para a composição do mapa que associa a posição geográfica ao conhecimento comunitário compartilhado para apresentar outra narrativa desses lugares. Esse trabalho possibilitará a construção de uma cartografia inédita na região, contendo os locais de relevância histórica e patrimonial identificados pela comunidade. A expectativa é que essa atividade de mapeamento contribua para a produção de uma cartografia social que subsidie políticas públicas para a região, inclusive abrindo a possibilidade de criação de roteiros turísticos alternativos.

- **Programa Educativo**

O trabalho educativo voltado para o entendimento técnico dos conceitos de patrimônio arqueológico e histórico-cultural torna-se um dos elementos importantes nesse processo de protagonismo comunitário. Na pesquisa de mestrado, ficou claro que as ações de Educação Patrimonial foram inseridas nas políticas públicas pela Rede Municipal de Educação de Coronel José Dias com

a inserção da disciplina Parque Nacional no currículo. Dentro disso, o planejamento do Programa Educativo do IODA considerou esse importante precedente e montou iniciativas para atuar em sinergia com as já existentes, por meio dos seguintes subprogramas:

- **ARTE NA SERRA**, que oferece oficinas de arqueologia experimental para crianças, adolescentes e jovens da zona rural e urbana do município;
- **CRIANDO E RECRIANDO UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL**, realizado com alunos do ensino fundamental e médio na criação de cartilhas educativas sobre a memória e a identidade cultural da comunidade, com destaque para a Coletânea “Um parque e sua gente”;
- **EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE CULTURAL**, em parceria com a Associação de Jovens Condutores de Visitantes “Tribos da Capivara”, por meio de estudos dirigidos (temática de arqueologia, memória, identidade, patrimônio cultural) e montagem dos circuitos culturais alternativos.
- **Entre outros**<sup>4</sup>.

120

Tais ações têm contribuído para o fortalecimento de políticas públicas no que concerne à (re)valorização do patrimônio cultural no município. Desse modo, toda a comunidade vem compreendendo a necessidade de preservar sua identidade, suas raízes e sua memória. As iniciativas erigidas no seio da comunidade têm contribuído para alavancar a autonomia local, dando voz e vez aos herdeiros diretos desse patrimônio, que foram por tanto tempo silenciados e invisibilizados.

Por fim, acredita-se que o IODA (apenas três anos de criação), por meio de seus diversos subprogramas, possa aprimorar, em médio e longo prazo, o relacionamento e a interação entre esse enorme patrimônio histórico e cultural da humanidade com as comunidades que vivem no município de Coronel José Dias e região. Acredita-se que a valorização desse patrimônio, em um trabalho que envolva o fomento de diversas iniciativas, permitindo o crescimento intelectual e econômico destas em sinergia, resultará em benefícios tanto para a divulgação e a preservação desse patrimônio quanto à sustentabilidade cultural da comunidade pela comunidade.

<sup>4</sup> Ver: <http://documentoculturalolhodagua.ning.com/>. Acessado em: 23 jan. 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, J. L. de P. **A teoria Básica de Jean Piaget**. Vitória: [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

CASCO, A. C. A. J. Sociedade e educação patrimonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1., 2005, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Iphan, 2005.

D'ANTONA, A. O. Turismo em Parques Nacionais. In: FUNARI, P.; PINSKY, J. (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. **Coleção Turismo e Contexto**, São Paulo, v. 04, p. 81-96, 2005.

DIAS, G. M. Entrevista concedida em 08 de agosto de 2010.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada**. [Relatório]. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **As populações Humanas em áreas naturais protegidas da Mata**. São Paulo: NUPAUB, 1996, p. 18.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, MINC, IPHAN, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 41, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P.; PINSKY, J. (Orgs.) Turismo e Patrimônio Cultural. **Coleção Turismo e Contexto**, São Paulo, v. 04, p. 81-96, 2005.

HORTA. M. de L. P. Educação patrimonial. In: BERRETO, E. A. et al. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Educação**. Goiânia: IPHAN, 2008.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

ICAHM - THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON ARCHAEOLOGICAL HERITAGE MANAGEMENT. **Carta Internacional para la Gestión del Patrimônio**

**Arqueológico.** 1990. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/charters/arch\\_sp.htm](http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2011.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MENESES, U. B. de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H. et al. (Orgs.). **Patrimônio:** Atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 33-53.

PESSIS, A. M. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara.** Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/IBAMA/FUMDHAM, 1991.

RODRIGUES, M. H. da S. G. **A Arqueologia Colaborativa no Tratamento de Acervos Patrimoniais para a Sustentabilidade Cultural das Comunidades no Brasil:** Teoria e Estudos de Caso. 2016. 396 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

122 \_\_\_\_\_ . **Parque Nacional Serra da Capivara:** Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel José Dias – Piauí. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado *Erasmus Mundus* em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2011.

\_\_\_\_\_ . **A temática do Patrimônio Cultural no projeto político-pedagógico:** Caso da Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Oliveira. 2009. 50 f. Monografia (Especialização em Patrimônio) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, M. H. da S. G. et al. A reconstrução da territorialidade de Coronel José Dias a partir das memórias afetivas ligadas ao patrimônio cultural da Serra da Capivara – PI. Dossiê Pesquisa em Gestão Integrada do Patrimônio e da Paisagem. (No prelo)